
“Sem Instagram, não havia associação”: redes sociais e participação cívica juvenil em contexto escolar

TATIANA MATOS

a55112@campus.fcsh.unl.pt

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Resumo

Este artigo foca-se no papel que as redes sociais das Associações de Estudantes (AEs) do Ensino Secundário português têm tido na promoção da participação cívica juvenil. Os dados, recolhidos através de um inquérito por entrevista a cinco jovens com perfil associativo, evidenciam que as redes sociais têm criado espaços únicos, acessíveis e dinâmicos na escola, onde estes encontram novas formas de intervir sobre os temas do seu interesse, servindo como o “único meio de ligação entre os alunos.”

Palavras-chave:

Jovens; Redes Sociais; Associação de Estudantes; Participação Cívica; Cidadania Digital

Abstract

This article focuses on the role that the social media of Student Associations (AEs) in Portuguese Secondary Education have played in promoting youth civic participation. The data, collected through interviews with five students with an associative profile, show that social media has created unique, accessible, and dynamic spaces in schools, where students find new ways to engage with topics of interest, serving as the "only means of connection between students."

Key concepts:

Youth; Social Media; Student Associations; Civic Participation; Digital Citizenship

Introdução

Enquadrado no debate da participação cívica juvenil, este artigo explora novas modalidades de expressão, com destaque para o papel das redes sociais das Associações de Estudantes (AEs) na vivência e promoção da cidadania juvenil em âmbito escolar.

Aos jovens atuais são-lhes atribuídas capacidades inatas de navegação e expressão online, em que estes utilizariam os meios digitais de forma intuitiva, ainda com maior intensidade do que a geração que Prensky (2001) apelidou de “nativos digitais”. Ao mesmo tempo, são acusados de serem a geração menos participativa e com desinteresse generalizado pela participação cívica (O’Toole, 2015). Para além disso, o discurso em torno da cidadania permanece associado a princípios tradicionais, recusando o estatuto político aos mais novos (Sarmiento et al., 2004).

Superando a visão baseada na política institucional, consideramos que é nesta «cidadania periférica» (Sarmiento et al., 2007) onde emergem modalidades de expressão significativas, considerando práticas personalizadas de envolvimento cívico – ocupações de espaços escolares,

assinatura de petições, manifestações e campanhas online – potenciadas pela internet, especialmente adaptadas aos gostos juvenis (Simões & Campos, 2016). Considerar estas formas de participação, permite desviar-nos da visão alarmista do declínio da participação cívica (Lonkila & Jokiyuori, 2022), baseadas em medidas tradicionais como o voto (Silva & Costa, 2022). Entre os jovens, as redes sociais emergem não apenas como espaços de sociabilidade, mas como arenas de participação, permitindo novas formas de mobilização. O Instagram é uma das redes sociais que mais cresceu em termos de utilizadores em Portugal, principalmente entre os mais jovens, especialmente para consumo de notícias (Cardoso et al., 2023). Focada em vídeos, imagens e mensagens rápidas, esta rede social promove uma participação mais personalizada, onde os jovens podem expressar a sua identidade de maneira visualmente atraente. Este cenário é particularmente evidente quando olhamos para as redes sociais das AEs, que se constituem como espaços de promoção de cidadania.

O presente artigo foca-se em estudantes do ensino secundário, entre os 17 e os 18 anos. Com base nas entrevistas cedidas, procuramos refletir de que forma as redes sociais das AEs facilitam e potenciam a participação cívica. Para além disso, pretendemos pensar sobre quais

as (des)vantagens de meios de comunicação geridos pelos pares.

1. Jovens e participação cívica: cidadania digital

A participação jovem é constituída por repertórios de ação diversos (Sloam, 2014), com envolvimento em causas concretas como as alterações climáticas (Bennett, 2008), em detrimento de instituições formais (Amna & Ekman, 2014), onde se destaca o papel central da internet. Os meios digitais parecem particularmente adaptados ao modo como os mais novos comunicam entre si e se relacionam com informação (Sloam, 2016), principalmente como meio de amplificação das suas vozes (Oliveira, 2022). A escrita de comentários, o recurso ao humor através de *memes*, a partilha de *stories* ou um simples *like* são exemplos de ações em contexto *online*. Se, por um lado, considerar estas práticas pode ser visto como um alargamento conceptual de participação formal, podemos cair no exagero de abarcar qualquer ação como política (Batista & Simões, 2022).

Os usos e potencialidades dos meios digitais têm desafiado o conceito de cidadania, alargando o seu âmbito à cidadania digital. Choi (2016) destaca a multidimensionalidade do conceito, sintetizando-o em qua-

tro dimensões: participação e envolvimento cívico, ética, literacia mediática e informacional e resistência crítica.

Ainda que vistos como “cidadãos em formação” (Collin, 2015), os jovens são capazes de participar ativamente em processos de tomada de decisão que envolvam os seus problemas e esta ação pode ser tanto autónoma, como coletiva (Sarmiento et al., 2007), por exemplo, através de Associações de Estudantes.

A participação dos alunos na escola está assegurada desde 1976, garantindo a representação estudantil em órgãos como as Associações de Estudantes, reconhecidas como espaço privilegiado de expressão coletiva (Sousa & Ferreira, 2024). Ainda assim, enfrentam desafios inerentes à coexistência com a estrutura hierárquica das escolas, operando numa dinâmica de tensões entre regras formais e a natureza mais fluída e inventiva das práticas juvenis (Lima, 1998). As AEs oferecem formas alternativas de organização coletiva e meios para dar espaço às vozes que são, muitas vezes, desvalorizadas (Warren, 2001), porém a sua verdadeira eficácia depende do equilíbrio entre autonomia, regulamentação e apoio da escola (Lima, 1998).

Neste artigo, procuramos ir além da noção tradicional de cidadania, alargando o seu âmbito ao contexto *online*, entendendo participação

como envolvendo práticas não institucionais. Apontaremos o nosso foco para o envolvimento organizado e coletivo, sem esquecer gestos simples e rápidos como partilhas e botões de *like* – as “nano-level participation”, na expressão de Lonkila e Jokivuori (2022).

2. Papel da escola na promoção da participação cívica digital

A ideia de que a escola tem a função de educar o futuro cidadão existe desde os primórdios dos sistemas nacionais de ensino (Boli et al., 1985), e continua presente na formação educativa das sociedades modernas (Resende, 2010). Assim, a educação é concebida como o espaço e o meio de concretização e expansão da cidadania, dotando o cidadão de instrumentos que lhe concedem capacidades fundamentais na garantia e reconhecimento dos seus direitos e responsabilidades cívicas (Resende & Caetano, 2010). A urgência de uma educação para a cidadania resulta de desafios colocados às sociedades democráticas, como as formas de participação digitais (Simões & Campos, 2016), ou o reconhecimento da mudança geracional nos estilos de cidadania. Os jovens utilizam as ferramentas oferecidas pelos novos media, que

refletem os seus valores, onde se organizam de forma menos hierarquizada em ciberespaços paralelos, como os jogos (Bennett, 2008). Considerando a ideia de que a escola tem a responsabilidade de formar cidadãos ativos e responsáveis (Resende, 2010), é importante examinar o papel da educação na formação dos jovens, que encontram na internet espaços para participarem. Conforme aponta Livingstone (2014), o acesso à oportunidade de participar cívica e politicamente em contexto digital é um direito destes jovens.

3. Metodologia

Os dados analisados resultam da informação recolhida em cinco inquéritos por entrevista a jovens com perfil associativo¹. Este trabalho insere-se numa pesquisa exploratória mais ampla, que mapeou a forma como jovens adolescentes exercem a sua participação cívica *online* e como avaliam os contributos da escola nessa participação. Neste artigo privilegiou-se uma abordagem qualitativa e interpretativa, focada em absorver perceções e significados sobre espaços não institucionais de participação. Focamo-nos nos discursos de cinco

¹ Por 'perfil associativo' entendemos jovens que possuem um histórico de participação formal, membros de associações juvenis e juventudes partidárias, embora possam ter outros tipos de participação.

adolescentes e na forma como utilizam os meios de comunicação para a participação em meio escolar, mediados pelas tecnologias digitais. Consequentemente, propomos a seguinte pergunta de investigação: De que forma as redes sociais utilizadas pelas AEs facilitam e promovem a participação cívica dos jovens em contexto escolar?

A participação *online* ocorre cada vez mais em contextos híbridos: “O ciberespaço já não é um espaço novo e misterioso (...), é onde pensamos, sentimos, e vivenciamos experiências diariamente, em conexão com uma participação mista entre o *offline* e o *online*” (Choi, 2016, p. 585). Nesse sentido, o guião de entrevista abordou temas como a participação *on/offline*, experiências pessoais de participação, consciencialização local/global proporcionada pelo uso da internet, perceções sobre o papel da escola na educação digital, a (des)valorização das vozes e o desfasamento entre o universo juvenil e a escola.

Optámos por nos restringir a jovens entre os 17 e 18 anos que frequentam o ensino secundário em Portugal, devido às regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). A seleção da área geográfica dos inquiridos, sub-região do Médio Tejo, foi determinada pela facilidade de acesso a grupos e organizações locais, garantindo

uma maior proximidade e viabilidade na recolha de dados. Estes jovens pertencem a diferentes escolas e procurámos assegurar, dentro daquilo que foi possível, alguma diversidade de perfis, em termos de género e histórico de participação, conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Características da amostra

Jovem	Género (com o qual se identifica)	Idade	Ano de escolaridade e curso	Histórico de participação (segundo os próprios)
Luana	Feminino	18 anos	12º ano Artes Visuais	Presidenta de Associação de Estudantes da sua escola Responsável pela divulgação de atividades de sensibilização de Direitos Humanos em âmbito escolar
Simão	Masculino	18 anos	12º ano Artes Visuais	Coordenador de Ação Social numa Associação de Estudantes de uma escola Voluntário na Liga Portuguesa contra o Cancro Participação em projetos artísticos relacionados com Direitos Humanos
Frederico	Masculino	17 anos	11º ano Línguas e Humanidades	Membro de Juventude Partidária Tesoureiro no Interact Club do seu Município
Bernardo	Masculino	18 anos	12º ano Ciências e Tecnologias	Coordenador de atividades de marketing em Associação de Estudantes e gestão de redes sociais Participante em diversos debates políticos de âmbito escolar
Isadora	Feminino	17 anos	12º ano Artes Visuais	Membro do Departamento de Ação Social em âmbito escolar Voluntária Banco Alimentar Responsável pela recolha de bens para animais de canil municipal

Para responder à pergunta, as entrevistas foram submetidas a análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), recorrendo ao programa MAXQDA (2022), através da construção de seis categorias de análise, que guiaram o processo de codificação, conforme o Anexo 1. A escrita dos dados privilegiou uma análise horizontal (por categoria), contando com perceções individuais.

[ANEXO 1]

Na pesquisa com crianças e jovens as questões éticas colocam-se ainda com mais ênfase. Não há um desenho de pesquisa perfeito, nem uma *ética à la carte* passível de ser replicada em cada contexto (Fernandes, 2016). Ainda assim, há duas dimensões que aparecem recorrentemente na literatura sobre questões éticas com jovens (Powell et al., 2012) e nas quais nos focámos: consentimento informado e confidencialidade e anonimato.

Tomando em consideração as idades, colocam-se questões sobre se os representantes legais deveriam dar consentimento. Como afirma Fernandes (2016), a hierarquia é um dos aspetos que caracteriza a relação entre mais velhos e mais novos, onde o adulto possui o poder de decidir. A propósito disso, Skelton (2008) refere que a noção competência, acaba por se diluir nas regras em torno do consentimento, reforçando

que isso deixa os jovens trancados sob autoridade dos responsáveis legais, incapazes de decidir o seu envolvimento na pesquisa. Em Portugal, de acordo com o artigo 8º, na alínea nº1 do RGPD, no que respeita à oferta direta de serviços da sociedade da informação às crianças, dos dados pessoais de crianças, é lícito se elas tiverem pelo menos 16 anos (Assembleia da República, 2018). Perante a linha de pesquisa traçada, pedimos consentimento informado apenas aos jovens, sendo que demonstraram vontade em participar. Para além disso, na questão da confidencialidade, utilizámos nomes fictícios.

4. Juventude, redes sociais e participação

4.1 Redes sociais e participação juvenil

Os discursos captados mostram que as redes sociais desempenham um papel fundamental na criação de espaços de participação acessíveis e dinâmicos, embora o distanciamento das Direções Escolares continue a ser uma barreira para a integração de iniciativas na escola (Sousa & Ferreira, 2024). Estes meios têm sido uma ferramenta eficaz de divulgação, ampliando o alcance das iniciativas e mobilizando a comunidade escolar (Keating & Melis, 2017):

“As redes sociais são o meio de comunicação dos jovens. A nossa AE,

quando há trabalhos dos alunos, para dar visibilidade, mete nos stories. A AE é o único meio de ligação de todos os alunos, somos muitos, então a AE é a nossa rede de comunicação.” (Frederico)

Posts, stories e o uso de linguagens menos formais criam oportunidades de escolha aos usuários e possibilitam uma participação personalizada, contrastando com ambientes tradicionais mais hierárquicos, onde a assimetria de poder entre jovens e mais velhos é marcante (Pappámikail, 2013). Nestes espaços convencionais, os jovens são frequentemente condicionados pelos mais velhos, resultando na desvalorização das suas vozes e na imposição de modos de expressão adultos (Sarmiento, 2005).

Enquanto membros ativos da escola, os jovens demonstram como as oportunidades proporcionadas pelas redes sociais podem manifestar-se de forma concreta em iniciativas como recolhas solidárias ou atividades de voluntariado. Estabeleceram parcerias com instituições, grupos, organizações concelhias e outras AEs, com o objetivo de dinamizar dias abertos, sessões de esclarecimento, feiras de voluntariado ou reuniões com as juventudes partidárias. Ao mesmo tempo, parecem particularmente interessados em proporcionar debates sobre temas atuais, como questões ambientais. Para além disso, estas redes têm

servido como “caixa de sugestões”, onde votam em sondagens – outra potencialidade do Instagram – sobre temas que pretendem ver abordados ou pequenas decisões, por exemplo, o tema da próxima palestra.

O meio digital detém, portanto, um papel importantíssimo na forma como vivem (e podem viver) a sua cidadania em contexto escolar através do conjunto de microdecisões que vão tomando. O perfil das AEs no Instagram foi usado para divulgar iniciativas escolares, como torneios desportivos, mas também informações políticas e cívicas fora do contexto escolar, como um *post* que convocava os alunos para assistir à palestra de educação política:

“O meio digital era o nosso único meio para chegar às pessoas, seja a enviar links, seja para publicar no Instagram. O Instagram foi mesmo a plataforma para conseguirmos chegar às pessoas, porque caso contrário não havia associação.” (Luana)

4.2 Obstáculos à participação

Os jovens encontram nestes espaços uma maior liberdade e autonomia para se expressarem e interagirem, e oportunidades para as suas vozes serem mais valorizadas (Hanna & Lundry, 2021). Contudo, a instituição escolar parece distante desta equação. Reconhecendo a narrativa

da baixa participação juvenil, os entrevistados não consideram que esta dependa somente da falta de interesse, mas do distanciamento das Direções Escolares, que perpetuam “hierarquias desniveladas” (Sousa & Ferreira, 2024), onde as suas vozes são pouco valorizadas: “*Candidatei-me ao Conselho Geral porque sentia esse desnível [entre adultos e jovens]. É preciso estar lá convictamente, falar sem medo, porque se sentirem que estás a gaguejar... Faziam-me sentir inferior, tinha 17 anos, eles 50, faziam-me sentir insegura da minha opinião.*” (Luana)

Aos jovens é-lhes recusado o seu estatuto político porque o fator idade continua a ser o principal inibidor de acesso ao exercício da cidadania (Sarmiento et al., 2007). A participação acaba por ficar condicionada por fatores provenientes de dinâmicas de poder (Lima, 1998) não lhes garantindo a possibilidade de participar na tomada de decisões ou de serem levados a sério nos espaços que ocupam (Hanna & Lundry, 2021). A falta de reconhecimento das suas falas representa pouco incentivo às atividades que propõem, principalmente por parte das Direções Escolares: “*Geralmente não acho que eles se importem com a nossa opinião, senti que tinha voz só na AE. O diretor disse que a AE e a escola não estavam interligadas, eu achei uma barbaridade. Nós*

íamos ao Banco Alimentar, entregávamos os alimentos, mas as pessoas ficavam a achar, e até publicavam no Facebook, que era a escola. Era injusto porque ficavam com louros de coisas que não fizeram, nem organizaram.” (Isadora)

4.3 Participação juvenil: o que falta?

Na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (2017), destaca-se um dos objetivos que incentiva as escolas a procurarem parceiras com entidades externas, como instituições de ensino superior ou associações juvenis. Embora os próprios jovens o sugiram, para promover a vivência da sua cidadania, é relevante observar a contradição subjacente. Incentiva-se a criação de laços com entidades externas, mas questionamos até que ponto essa abordagem é eficaz quando as associações internas não parecem ser valorizadas, segundo estes alunos.

Apesar de reconhecerem um esforço crescente de valorização da participação no digital, dependente do interesse e motivação dos professores (Lima, 1998), consideram que as iniciativas têm sido insuficientes, e, quando existentes, não vão ao encontro das temáticas que

desejam. Tem existido, como confirmam os seus discursos, uma crescente valorização do “bom cidadão” e de temáticas que envolvam a dimensão ética e de responsabilidade (Choi, 2016), através de temas como os direitos humanos. Para além disso, têm existido recomendações em torno da questão da segurança online, como questões de *cyberbullying*, mais baseadas nos riscos (Jones & Mitchell, 2016) do que nas oportunidades do digital (Livingstone & Third, 2017). A participação juvenil, expressa na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, e o direito às oportunidades do digital tem sido uma dimensão menos valorizada por parte de escolas e governos, conforme ilustram as recentes proibições dos telemóveis nas escolas. A participação cívica online, sendo ela um direito dos mais jovens, deve ser incentivada e estimulada como parte integrante da cidadania de um jovem (Jones & Mitchell, 2016).

Os jovens entrevistados consideram essencial serem incluídos nas decisões, pois, sem esse poder de participação ativa, o interesse pela participação cívica, seja digital ou *offline*, torna-se inviável. Defendem a necessidade de aceder a mais informação – através de palestras, assembleias colaborativas ou *posts* – sobre segurança *online*, participação ativa *online* e estratégias para se poderem expressar na internet.

Ao mesmo tempo, reconhecem a necessidade de atualização nas formas de comunicação das Direções Escolares:

“A escola tem um site, mas está sempre a ir abaixo, a escola está extremamente antiquada, se quisessem que a informação chegasse aos jovens, seria através de redes sociais e não do site”. (Luana)

Defendem que é necessária uma escola mais horizontal, com promoção de atividades onde os alunos sejam chamados a decidir sobre as temáticas que lhes dizem respeito, fundamental para incentivar a sua participação cívica.

4.4 Aprendizagens entre pares

Mostra-se relevante atentar no papel das AEs como formas de aprendizagem entre pares. Estes jovens não consideram que a escola os tenha capacitado com competências que lhes permitam aproveitar as oportunidades – inclusive de participação – do digital. Por seu turno, as AEs parecem ter reunido um conjunto de iniciativas importantes, como publicações sobre o funcionamento do sistema político ou *posts* sobre formas de pesquisa mais eficiente, que consideraram que os ajudou mais do que a própria escola:

“A escola não [tem capacitado com competências que permitam fazer

um bom uso do digital], não há muita comunicação da escola. Quem comunica com os alunos é a AE, divulgando iniciativas, publicações sobre o sistema político, falaram sobre fake news... Ajudaram a pesquisar e a ver o que era fidedigno. Portanto, a escola não, a AE ajuda mais.” (Frederico)

Até que ponto a aprendizagem através dos pares pode condicionar a aquisição de competências digitais? Talvez a escola esteja a delegar aos alunos a sua própria capacitação. Embora as orientações curriculares, como as da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, reconheçam a importância da capacitação digital, a sua efetividade depende das estratégias adotadas pela escola. Se os alunos aprendem apenas com os colegas, que também podem carecer de competências digitais, como princípios de segurança na internet, a escola não estará a perpetuar um conhecimento insuficiente?

Os alunos percebem a ligação entre escola e internet de forma mais fluída e aberta do que a visão tradicionalmente adotada pela instituição escolar. Essa disparidade reflete contrastes entre as culturas digitais de jovens e professores. Enquanto os alunos integram naturalmente as tecnologias digitais nas suas práticas quotidianas (Prensky, 2001), os professores tendem a adotar uma abordagem mais negativa,

concebendo o ciberespaço como potencialmente perigoso, capaz de comprometer o bem-estar e a aprendizagem (Marôpo et al., 2021). Nesse cenário, as AEs emergem como espaços cruciais para mitigar essas discrepâncias, ao oferecer oportunidades de escapar à rigidez das Direções Escolares (Lima, 1998) e de abordar temas que não encontram na agenda institucional.

Reflexões finais

Neste artigo, procurámos contribuir para a discussão das potencialidades e desafios da participação cívica juvenil em contexto escolar, com foco no papel das redes sociais das AEs. A partir dos testemunhos destes jovens, mostramos que, embora o número reduzido de entrevistados limite a abrangência dos resultados, os dados obtidos podem oferecer pistas para estudos mais abrangentes.

No que respeita à pergunta de investigação, as redes sociais das AEs desempenham um papel fundamental ao criar espaços acessíveis e dinâmicos, tornando a comunicação ágil e acessível, e funcionando como principal canal de conexão entre alunos, com potencial de atingir toda a comunidade escolar. Isto é possibilitado pelas ferramentas – por exemplo *stories* – oferecidas pelas plataformas, que se adaptam

aos modos de expressão dos mais novos. Ainda assim, as redes geridas por alunos podem apresentar desvantagens.

Enquanto os adultos tendem a fornecer regras restritivas ou conselhos sobre segurança, os pares desempenham um papel central devido à base comum partilhada, independentemente do tipo de risco (Livingstone et al., 2012). Por serem geridas pelos jovens, estas redes refletem as suas linguagens informais, interesses e preocupações, facilitando a identificação dos alunos com as mensagens passadas (Pereira, 2021). As ferramentas de que dispõem permitem-lhes explorar temas complexos como as *fake news* de formas simplificadas, contrariando a rigidez da instituição de escolar (Lima, 1998). Ao mesmo tempo, aceitam a experiências e trocam informações, por exemplo sobre pesquisas mais eficientes, educando-se uns aos outros (Livingstone et al., 2012). Ainda assim, a ausência de conhecimentos técnicos pode resultar em lacunas de competências digitais imprescindíveis.

Em suma, expressam a necessidade de relações mais horizontais, alargando os espaços de decisão para os jovens nas escolas. Mais do que ter voz, acreditam que a escola tem o dever de lhes conceder competências para atuarem online, e oportunidades de participação.

Estes resultados são um esforço de aprofundar o conhecimento sobre

as formas de participação juvenil na escola, mediada pelas redes sociais, e mostram a necessidade de aprofundar estas questões em estudos futuros.

Referências Bibliográficas

- Amná, E., & Ekman, J. (2014). Standby citizens: diverse faces of political passivity. *European Political Science Review*, 6(2), 261–281. <https://doi.org/10.1017/S175577391300009X>
- Assembleia da República. (2018). Regulamento Geral de Proteção de Dados [Lei n.º 58/2019]. *Diário da República n.º 123/2019, Série I de 2019-06-28*. Lisboa, Portugal.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Batista, S., & Simões, J. A. (2022). Cidadania digital de jovens em três países europeus: Perfis de (não) participação cívica online. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 98, 9-29.
- Bennett, W. L. (2008). Changing citizenship in the digital age. In W. L. Bennett (org.), *Civic Life Online: Learning How Digital Media Can Engage Youth*, 1-24. The MIT Press.
- Boli, J., Ramirez, F. O., & Meyer, J. W. (1985). Explaining the origins and expansion of mass education. *Comparative Education Review*, 29(2), 145-170.
- Cardoso, G., Baldi, V., Couraceiro, P., Vasconcelos, A. & Paisana, M. (2023). *Retrato digital de Portugal. Caracterização e tendências de utilização das redes sociais – 2015 a 2023*. Publicações OberCom.

- Choi, M. (2016). A Concept Analysis of Digital Citizenship for Democratic Citizenship Education in the Internet Age. *Theory & Research in Social Education*, 44(4), 565–607. <https://doi.org/10.1080/00933104.2016.1210549>
- Collin, P. (2015). *Young Citizens and Political Participation in a Digital Society: Addressing the Democratic Disconnect*. U.K.: Palgrave Macmillan.
- Direção-Geral de Educação. (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Obtido de: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf
- Fernandes, N. (2016). Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, 21, 759-779.
- Hanna, A., & Lundry, L. (2021). Voz das Crianças. Em C. Tomás, G. Trevisan, M. L. Carvalho, & N. Fernandes, *Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais* (pp. 463-468). Braga: UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.58>
- Jones, L. M., & Mitchell, K. J. (2016). Defining and measuring youth digital citizenship. *New Media & Society*, 18(9), 2063-2079. <https://doi.org/10.1177/1461444815577797>
- Keating, A., & Melis, G. (2017). Social media and youth political engagement: Preaching to the converted or providing a new voice for youth? *The British Journal of Politics and International Relations*, 19(4), 877-894. <https://doi.org/10.1177/1369148117718461>
- Lima, C. L. (1998). *Por favor, elejam a B: o associativismo estudantil na escola secundária*. Fundação Calouste Gulbenkian, 11-26.
- Livingstone, S. (2014). Children's digital rights: a priority. *Intermedia*, 42(4/5), 20-24.
- Livingstone, S., Haddon, L., & Görzig, A. (2012). *Children, risk and safety on the internet: research and policy challenges in comparative perspective*. Policy Press, Bristol.
- Livingstone, S., & Third, A. (2017). Children and young people's rights in the digital age: An emerging agenda. *New Media & Society*, 19(5), 657–670. <https://doi.org/10.1177/1461444816686318>
- Lonkila, M., & Jokivuori, P. (2022). Sharing and liking as youth nano-level participation. Finnish students' civic and political engagement in social media. *Journal of Youth Studies*, 26(6), 1–18. <https://doi.org/10.1080/13676261.2022.2049731>
- Marôpo, L., Dias, P., Torres, J., Rodrigues, M. R. & Delgado, C. (2021). Culturas digitais, crianças e jovens: contributos das ciências da comunicação para a prática e a investigação em educação in A. Nobre, A. Mouraz & M. Duarte (Eds.), *Portas que o digital abriu na investigação em educação* (1ª ed., pp. 106-130). Editora Universidade Aberta. <https://doi.org/10.34627/uab.edel.15>
- Oliveira, A. (2022). Through the eyes of young people: what is the meaning, value and impact of citizenship and youth participation? *Observatório (OBS) Journal*,* 63-84.
- O'Toole, T. (2015). Beyond crisis narratives: Changing modes and repertoires of political participation among young people. *Politics, citizenship and rights*, 225-242.
- Pappámikail, L. (2013). *Adolescência e autonomia: negociações familiares e construção de si*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Pereira, S. (2021). *Crianças, jovens e media na era digital: consumidores e produtores?*. UMinho Editora/CECS.
- Prensky, M. (2001). Digital Natives, Digital Immigrants Part 1. *On the Horizon*, 9(5), 1-6.
- Resende, J. M. (2010). *A sociedade contra a escola? A socialização política escolar num contexto de incerteza*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Resende, J. M., & Caetano, P. J. (2010). Socialização Política na Escola Secundária Portuguesa: as composições entre o projecto estatal imaginado de Cidadania e as gramáticas políticas disponíveis. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 20, 317-330.
- Sarmento, M., Soares, N., & Tomás, C. (2004). Participação Social e Cidadania Activa das Crianças. *Círculos de Discussão Temática - Infância, no IV Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire*. Porto.
- Sarmento, M. J., Fernandes, N., & Tomás, C. A. (2007). Políticas públicas e participação infantil. *Educação, Sociedade & Culturas*, 25, 183-206.
- Sarmento, M. (2005) Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da Sociologia da Infância. *Educação & Sociedade*, 26(91), 361-378.
- Silva, P., & Costa, E. (2022). As juventudes partidárias e os movimentos associativos. *A Participação Política da Juventude em Portugal, Gulbenkian Studies #3*, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Simões, J. A., & Campos, R. (2016). Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 13(38), 130–150.
<https://doi.org/10.18568/cmc.v13i38.1159>
- Skelton, T. (2008). Research with children and young people: exploring the tensions between ethics, competence and participation. *Children's Geographies*, 6(1), 21-36.
<https://doi.org/10.1080/14733280701791876>
- Sloam, J. (2014). New Voice, Less Equal: The Civic and Political Engagement of Young People in the United States and Europe. *Comparative Political Studies*, 47(5), 663–688.
<https://doi.org/10.1177/0010414012453441>

Sloam, J. (2016). Diversity and voice: The political participation of young people in the European Union. *The British Journal of Politics and International Relations*, 18(3), 521-537.

<https://doi.org/10.1177/1369148116647176>

Sousa, I., & Ferreira, E. (2024). “Liberdade, onde estás? Quem te demora?” – É democrática a gestão escolar para os/as alunos/as?. *Revista Lusófona de Educação*, 63(63).

<https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle63.11>

Nota curricular

Tatiana Matos é mestre em Estudos de Educação e tem vindo a trabalhar sobre participação política online e competências digitais em jovens adolescentes. Foi bolseira do CIES-IUL no âmbito do projeto ABRIL MATER, que explorou a maternidade em contexto de clandestinidade. Atualmente está envolvida em diversos projetos na área da educação, como o EUKIDS Online e o ATLAS da Educação, e é gestora de projeto e comunicação de ciência na CriA.On, onde também é autora. Os seus principais interesses são sobre participação cívica juvenil, medias digitais e género.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8935-9686>

ANEXO 1. Protocolo de Análise em MAXQDA

O conjunto de categorias e dimensões foi criado de acordo com categorias que emergiram da revisão de literatura, da etnografia digital e das entrevistas. Utilizámos o software de análise qualitativa MAXQDA

Representações sobre a participação cívica

Definição

Valorização

Experiência de participação

Formas e ferramentas

Recurso ao humor

Hierarquia de ações

Plataformas usadas

Vantagens

Motivações

Obstáculos

Identidade pessoal

Temas de interesse

Influência da organização associativa

Papel da escola na participação cívica

Iniciativas organizadas pela escola

Iniciativas organizadas pelos alunos

Mobilização de meios digitais e seus objetivos

Retirar melhor partido da internet

Sugestões de iniciativas a realizar

Papel do professor

Contributos

Constrangimentos

Linguagem

Voz em contexto escolar

Importância

Desvalorização

Sugestões